


PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
Secretaria de Desenvolvimento Social
Lei Orçamentária Anual


SIGLA	ÓRGÃO	TITULAR	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
SDS	<ul style="list-style-type: none"> • Administração Direta • Subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo • Compõe, juntamente com as SAU, SO, SS, SE, SAA, SEL e SETTRA, o nível de Formulação, Execução e Avaliação de Políticas Públicas e Promoção da Cidadania da Administração Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Flávio Cheker • Secretário • Ordenador de Despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselhos: Municipal de Assistência Social e Programa Bolsa Família • Assessoria de Programação e Acompanhamento • Assessoria Jurídica • Assessoria de Imprensa • Secretaria Executiva • Departamento de Execução Instrumental • Subsecretaria de Gestão do SUAS e inclusão produtiva • Subsecretaria de Vigilância e Monitoramento da Assistência Social. • FUNALFA • PROCON JF • MAPRO
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001 • Decreto nº 7254, de 04 de janeiro de 2002 • Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005 • Decreto nº 8591, de 08 de julho de 2005 • Decreto nº 8592, de 08 de julho de 2005 • Lei nº 10.988, de 19 de setembro de 2005 • Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008 • Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008 • Decreto nº 9750, de 02 de janeiro de 2009 • Decreto nº 9761, de 09 de janeiro de 2009 • Lei nº 12.808, de 04 de julho de 2013 • Decreto nº 11.770, de 09 de dezembro de 2013 		


Atribuições

 Coordenar a formulação, a implementação e articulação das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social à Política de Assistência Social no Município de Juiz de Fora;

 Definir os programas, projetos e funções de caráter permanente afetos à Assistência Social;

 Gerir e manter atualizado o cadastro único dos programas sociais;

 Atuar no controle interno e favorecer o controle externo das atividades da Administração Pública Municipal, na sua esfera de competência;

 Articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e de outros Municípios com vistas à melhor realização dos seus objetivos;

 Assessorar o Prefeito em assuntos relativos à sua área de atuação.